

## ENTREVISTA COM PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE-CURIONE

INTERVIEW WITH PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE-CURIONE

**Danielle Cristina Mendes Pereira Ramos<sup>1</sup>, Valéria Campos Muniz<sup>2</sup>, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0001-6439-748X>  
[danielle@letras.ufrj.br](mailto:danielle@letras.ufrj.br)

<sup>2</sup>Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-5267-9479>  
[valcammuniz@gmail.com](mailto:valcammuniz@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campo Grande, MS, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0003-4613-4357>  
[chaves.adri@hotmail.com](mailto:chaves.adri@hotmail.com)

*Entrevista concedida em junho de 2022*

**Resumo:** A produção acadêmica de pesquisadores surdos vem aumentando sensivelmente desde o começo da década de dez do século XXI, em consonância à abertura de cursos de Pedagogia Bilíngue e de Letras-Libras. Pode-se facilmente perceber esse cenário como resultado de lutas incessantes dos movimentos de representatividade surda. Patrícia Luiza Ferreira Rezende é uma das pesquisadoras inseridas nesse contexto de resistência. Líder na paisagem contemporânea do movimento surdo, ela é também uma acadêmica destacada no panorama universitário. Doutora em Educação, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Dra. Patrícia Rezende recentemente concluiu sua pesquisa de pós-doutorado na Universidade Federal de Campinas (UNICAMP), com uma abordagem arguta sobre a questão do que conceitua como um “epistemicídio das políticas públicas em educação de surdos”. A proposta parte do conceito de epistemicídio cunhado por Boaventura de Sousa Santos (2019), realocado por ela através de reflexões estabelecidas nos campos epistemológico e pedagógico referentes às pessoas surdas. Diante de sua relevância como pesquisadora na área de Educação de surdos e também por ser uma das lideranças mais destacadas e atuantes das comunidades surdas, convidamo-la para esta entrevista, na qual conversamos, entre outros tópicos, sobre questões como sua pesquisa mais recente e os novos delineamentos propostos para o campo.

**Entrevistadoras - A senhora foi uma das principais lideranças do movimento a favor das escolas bilíngues, nos anos 2000 (na última década – 2010 até atualmente). Atualmente, como a senhora está vendo o movimento da Educação Bilíngue para surdos nas escolas? Quais pontos destacaria como positivos e o que deve ser transformado, em vista de uma melhor educação voltada para os surdos?**

**Patrícia Rezende - O movimento surdo por Escolas Bilíngues de Surdos continua muito forte e organizado, tanto que conseguimos a vitória da Lei 14191/2021, que altera a LDB<sup>1</sup> para incluir a modalidade de ensino de Educação Bilíngue de Surdos. Para aprovação e sanção desta lei houve uma mobilização sem precedentes em todo o Brasil e envolveu até a WFD<sup>2</sup> que expediu uma carta de apoio a esta legislação para os parlamentares. Agora é lutar pela implementação desta lei para concretizar de fato as Diretrizes de Educação Bilíngue de Surdos que ainda está em**

<sup>1</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação

<sup>2</sup> World Federation of the Deaf (Federação Internacional de Surdos)

tramitação no CNE<sup>3</sup>. Precisamos urgentemente de ações implementares para que se criem mais Escolas Bilíngues de Surdos.

**Entrevistadoras - Como um nome de grande proeminência na luta pela comunidade surda, o que a senhora nos diz sobre os movimentos atuais de resistências surdas?**

*P. R. - As resistências surdas continuam fortes, mas, desde 2018, estamos numa polarização política, o que racha e muito os movimentos surdos. Uma parcela da comunidade surda acha que as “mãos da primeira dama” foram a salvação para a aprovação da lei 14191/20, mas, na verdade, essa vitória foi fruto de muitos anos de lutas de nossa comunidade.*

**Entrevistadoras - Há pouco tempo a senhora apresentou resultados obtidos com o trabalho de pós-doutoramento sobre o “Epistemicídio nas políticas públicas em educação de surdos”. Discorra um pouco sobre o assunto.**

*P. R. - Foi e ainda é uma pesquisa muito desafiante para mim, pois analisei os discursos enunciados no “epistemicídio surdo”, que foram proliferados ao longo da última década, desde 2011 até 2022 por inclusivistas, a respeito da educação bilíngue de surdos. Na CONAE<sup>4</sup> 2010, estiveram presentes delegados surdos que apresentaram propostas para que fossem criadas e mantidas as Escolas Bilíngues de Surdos, mas foram boicotados, havendo até ameaça de fechamento do Colégio de Aplicação do INES<sup>5</sup>. Ocorreram interferências, nos textos escritos pela comunidade surda para incluir as Escolas e Classes Bilíngues no PNE<sup>6</sup>, por parte dos lobistas inclusivistas; na LBI<sup>7</sup>; e em nosso projeto de lei 4909/2020 também, que hoje se transformou na Lei 14191/2021. Em todas estas cenas e palcos de lutas surdas sempre houve intervenções e manipulações dos inclusivistas.*

*Mas qual é a questão da minha pesquisa de pós-doutoramento? Todas as lutas das comunidades surdas sempre perpassam por muitas intervenções e manipulações por inclusivistas e entendo isto como um “epistemicídio surdo”. O Boaventura de Souza Santos (2019), que criou este termo, epistemicídio, disse que o conceito significa a negação das produções intelectuais dos grupos dominados, e os surdos fazem parte dos grupos dominados.*

*Nós, surdos, temos as nossas produções sobre o que pensamos o mundo, sobre como ansiamos a escola que queremos construir, sobre os nossos projetos legislativos, e quando estas produções são rejeitadas, ou consideradas como menos científicas, então entendo ser um epistemicídio cometido em curso. Epistemicídio surdo. Por isto o título “Epistemicídio nas Políticas Públicas em Educação de Surdos” da minha pesquisa. No meu trabalho, mostrei os números alarmantes do INEP<sup>8</sup> que mostram o declínio da educação de surdos com a política de educação inclusivista vigente desde 2008.*

<sup>3</sup> Conselho Nacional de Educação

<sup>4</sup> Conferência Nacional de Educação.

<sup>5</sup> Instituto Nacional de Educação de Surdos.

<sup>6</sup> Plano Nacional de Educação.

<sup>7</sup> Lei Brasileira de Inclusão

<sup>8</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

**Entrevistadoras - Muitos artigos e pesquisas em geral sobre as comunidades surdas propõem uma visão fixa e única dos surdos, que são tratados como “o surdo”, de modo a se entender uma identidade fixa e sempre contraposta a outra identidade criada também de modo único, “o ouvinte”. Diante de pesquisas nos campos das Ciências Humanas que questionam a existência de identidades estáveis e comunidades fechadas, ainda caberia essa visão? Como a senhora percebe essas construções?**

*P. R. - Não há entre nós quem diga que temos identidades fixas e estáveis. Perlin (1998) as diferencia e também diz identidades são múltiplas e diferentes entre nós surdos. Identidade, segundo ela, é um esboço cultural surdo atraindo outro surdo como um ímã, ou seja, a questão é uma identidade linguística cultural entre os pares surdos. Mas voltando a questão da sua pergunta: eu sou antes de ser surda, sou Patrícia, sou mãe, sou esposa, sou professora, sou ativista, enfim, um leque de identidades que compõe o meu ser. Então, eu entendo que antes de ser surda, sou Patrícia, minhas identidades são enriquecidas com experiências, histórias de vida.*

*Outra coisa: jamais falamos de sermos comunidades fechadas. Existem os que nos acusam de sermos segregados em comunidade. Somos uma comunidade linguística, é importante enfatizar o que emana a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência que é muito importante que o Estado Brasileiro facilite para que haja formação e constituição da identidade linguística da comunidade surda.*

**Entrevistadoras - A Libras<sup>9</sup> é uma das línguas de sinais faladas no Brasil predominante no contexto urbano. Os cursos de Letras-Libras, há mais de uma década, formam profissionais na área, tanto surdos como ouvintes. Verifica-se que o interesse pela aprendizagem da Libras como língua adicional por sujeitos ouvintes vem se ampliando nos últimos anos. Como a senhora percebe o movimento de formação de ouvintes usuários de Libras e de pesquisadores na área?**

*P. R. - Sim, está aumentando a visibilidade da Libras, mas ainda estamos engatilhando, considerando o universo de muitos alunos surdos fora da escola. Demonstrei, em pesquisa recente (REZENDE, 2022), o alto número de matrículas de alunos surdos na Educação de Jovens e Adultos, que está em 40%, ao passo que a matrícula de alunos ouvintes na EJA está em 6%. Por que essa diferença discrepante? Por que estes alunos surdos não estudaram nas séries correspondentes à idade certa? Porque ainda falta formação de professores para terem fluência em Libras para atuação na educação de surdos. Mas na questão dos ouvintes usuários de Libras e de pesquisadores na área, quando comparamos com a realidade de 20 anos atrás, vemos que é muito diferente, mas ainda vejo timidez neste movimento.*

**Entrevistadoras - A educação básica não se constrói fora do ensino superior voltado para as licenciaturas, uma vez que o processo inicial e contínuo de formação docente é indissociável da organização das estruturas da educação básica. Quais vias para a formação docente de educadores de crianças e jovens surdos usuários de Libras precisam ser revistas ou já são válidas, em sua visão?**

---

<sup>9</sup> Língua Brasileira de Sinais.

**P. R.** - *Agora que temos a LDB atualizada com uma nova modalidade de ensino de Educação Bilíngue de Surdos, as formações docentes para atuação nesta modalidade vão precisar ser revistas para que atendam ao que os dispositivos pedem. Aguardemos as Diretrizes de Educação Bilíngue de Surdos que vão dar estas orientações necessárias para a formação docente.*

**Entrevistadoras - Considerando o momento atual, que outro assunto, relativo à cultura surda ou à educação de surdos, a senhora consideraria relevante de ser discutido? Por quê?**

**P. R.** - *Considero importante pontuar que a luta para incluir Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de ensino na LDB não foi por obra do governo atual e muito menos fruto da atuação da primeira dama, isto precisa estar bem claro. A proposta para inclusão desta modalidade foi feita por um grupo de trabalho instituído pela FENEIS<sup>10</sup> e eu fui uma das pessoas à frente deste GT<sup>11</sup>. Quando esta proposta ficou pronta enviamos para todos os Senadores, e um deles, Flávio Arns, foi o único que respondeu afirmativamente à nossa proposta, transformando-a em projeto de lei, em outubro de 2020, muito antes da polêmica PNEE<sup>12</sup>. Então, mobilizamos os surdos em todo o Brasil para procurar os senadores e deputados federais em seus Estados origem, por isto o projeto foi aprovado em tempo recorde, 4 meses.*

*Pedimos para que o projeto de lei fosse tramitado em regime de urgência em duas casas parlamentares: Senado e Câmara dos Deputados. Foi a vitória mais significativa e impactante de toda a Comunidade Surda da última década. É isso, a História precisa ser registrada. Foram os surdos que lutaram por isso, não o governo!*

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4909, de 2020**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília: Senado Federal, 2020.

BRASIL. **Lei 14.191, de 03 de agosto de 2021**. Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília: Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2021.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PERLIN, G. **Histórias de vida surda**: Identidades em questão. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. Disponível em:

---

<sup>10</sup> Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

<sup>11</sup> Grupo de trabalho.

<sup>12</sup> Política nacional de Educação Especial.

<https://sites.google.com/site/pesquisassobresurdez/gladis-perlin> Acesso em: 9 jul. 2022.

REZENDE, P. L. **Apresentação Pública de Pós-Doutorado**: Epistemicídio nas políticas públicas em educação de surdos. Campinas, [s. n], 23 maio 2022. 1 vídeo (3h 26 min 25 s). Publicado pelo canal Faculdade de Educação da Unicamp. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DYDn045EfuU>. Acesso em: 9 jul. 2022.

### **Sobre as autoras**

#### **Danielle Cristina Mendes Pereira Ramos**

Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Bilíngue do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Professora Adjunta II da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com atuação na Faculdade de Letras, no Setor de Estudos Literários do Departamento de Letras/Libras. Leciona na graduação e na Pós-Graduação, dentro dos cursos de Especialização em Literatura Infantil e Juvenil e em Libras: ensino, tradução e interpretação. Integra os projetos de extensão Imagens em diálogos (EBA/UFRJ) e Imagens Surdas (FL/UFRJ/CNPq), que coordena. Mestre em Literatura Brasileira e Teorias da Literatura (2001) e Doutora em Literatura Comparada (2006) pela Universidade Federal Fluminense.

#### **Valéria Campos Muniz**

Professora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Bilíngue e professora adjunta do departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Tem experiência na área de Letras e atua principalmente nas seguintes áreas: leitura, aquisição da língua escrita, língua portuguesa como L2, gramática e ensino. Mestre (1997) e doutora (2013) em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Participa do grupo de pesquisa Linguagem e Sociedade (UERJ/INES). É coordenadora do grupo de pesquisa Laboratório em estudos de Língua Portuguesa (UFRJ/INES).

#### **Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros**

Professora efetiva da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), ministrando aulas nos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* do Mestrado Acadêmico e Profissional em Letras. Licenciada em Letras Português-Inglês pela PUC-Rio (1984). Pós-graduação em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa pela Universidade de Cambridge, Inglaterra (1994). Pós-graduação em Management (MBA) pelo IAG Escola de Negócios da PUC-Rio (2003). Mestre em Administração de Empresas com especialização em Marketing pelo IAG Escola de Negócios da PUC-Rio (2006). Doutorado em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio (2010). Pós-Doutorado em Letras Modernas pela USP (2016-2017).